



Índice

- 01** Índios e agricultores se desentendem em Guaíra, no oeste do Paraná
- 02** Índios acusados de 3 mortes no AM serão transferidos para base da Funai
- 03** Além da falta de terra, os Guarany Kaiowá enfrentam também escassez de água
- 04** Câmara pode votar projeto sobre recursos genéticos sem consulta a povos indígenas e tradicionais
- 05** Índios invadem terreno em Guaíra, no oeste do Paraná
- 06** Governo do Amapá e índios Wajãpi discutem Protocolo de Consulta e Consentimento
- 07** Fundação Palmares lança programação para o Mês da Consciência Negra
- 08** MPF determina liberação de energia para comunidade quilombola, em RO
- 09** Câmara pode votar projeto sobre recursos genéticos sem consulta a povos indígenas e tradicionais
- 10** Após fazerem empresário refém, índios desocupam área
- 11** A luta das comunidades tradicionais do Norte de Minas: "Gerais"
- 12** Troca de comando na FPA pode afetar a Questão Indígena
- 13** Famílias da Terra Indígena Maró fazem acampamento contra derrubada de árvores
- 14** OAB cria comissão para apurar escravidão e quer indenizações a quilombolas
- 15** Alunos de Blumenau visitam Aldeia Indígena e Comunidade Quilombola



-
- 16** [Moção da ABA aos organizadores do Prêmio Esso sobre a reportagem “Terra Contestada”](#)
 - 17** [Carta II da Comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o governo e justiça do Brasil](#)
 - 18** [MPF suspende financiamentos do BNDES à Fibria Celulose](#)
 - 19** [Seminário Jurídico Avançado sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na UnB](#)
 - 20** [Mulheres indígenas protestam contra a violência](#)
 - 21** [Governo oferece formação para professores indígenas](#)
 - 22** [Ocupação indígena deixa Clima tenso em Guaíra](#)
 - 23** [Contra empreendimento em tekoha, indígenas Guarani retomam área tradicional e são ameaçados](#)
 - 24** [Justiça do AM autoriza índios presos por 3 mortes a participarem de festas](#)
 - 25** [Projetos de extração ignoram populações locais](#)
 - 26** [Estado oferece formação continuada para professores indígenas](#)
 - 27** [Último Mutirão Rural da Cidadania de 2014 será na região Médio Norte](#)



Índios e agricultores se desentendem em Guaíra, no oeste do Paraná

SÍTIO GLOBO.COM, 04.11.2014

*Indígenas invadiram terreno particular ao lado de reserva nesta terça (4).
Durante invasão, índios cercaram um agricultor; PM controlou a situação.*

Mais de 60 Índios guaranis armados com arcos e flechas e cerca de 100 agricultores, com facões, se desentenderam nesta terça-feira (4), em Guaíra, no oeste do Paraná, por causa da derrubada de árvores para a construção de um condomínio particular ao lado da reserva indígena, segundo informou a Polícia Militar (PM).

Ainda conforme a PM, os índios invadiram durante a manhã a área, que é particular, ao verem que o proprietário estava cercando o terreno porque, segundo eles, o local tem mata de preservação e a construção impediria o acesso a reserva indígena.

Com a chegada dos índios, outros agricultores foram até o local e a polícia foi chamada. A situação estava tranquila, até que, de acordo com a PM, durante a tarde, um barulho parecido com um tiro ou um rojão foi ouvido e os índios se exaltaram. Os indígenas, então, cercaram um dos proprietários do terreno. Após alguns minutos, os índios liberaram o agricultor e a situação foi controlada pela polícia.

Depois da confusão, índios e agricultores deixaram o local. O caso foi encaminhado para a Polícia Federal (PF) da cidade.

Índios acusados de 3 mortes no AM serão transferidos para base da Funai

SÍTIO GLOBO.COM, 04.11.2014

*Índios Tenharim são apontados como responsáveis por mortes no Sul do AM.
Transferência foi determinada nesta terça; julgamento teve data definida.*



Aldeia dos Tenharim, fica em Humaitá, no Sul do Amazonas (Foto: Larissa Matarésio/G1 AM)

Os cinco índios da etnia Tenharim acusados de assassinar três homens que viajavam pela Rodovia Transamazônica (BR-230), no Sul do Amazonas em dezembro de 2013, serão transferidos para a base Hi-Merimã da Fundação Nacional do Índio (Funai). O local é usado como ponto de apoio para proteção de indígenas isolados. Desde setembro, o grupo permanecia preso em uma delegacia, no município de Lábrea, a 702 km de distância da capital. A transferência foi definida nesta terça-feira (4) pelo Poder Judiciário amazonense. A Justiça também definiu

a data da primeira audiência do caso, que deve ocorrer será nos dias 10 e 11 de dezembro deste ano.

No início da tarde desta terça (4), o juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, que responde pela 2ª Vara da Comarca de Humaitá, onde a ação criminal tramita, informou ao G1 que após analisar o pedido da defesa dos réus definiu a base da Funai como novo local onde os índios permanecerão detidos. "A base fica em uma reserva indígena e são necessários percorrer sete horas de voadeira [pequena embarcação] de Lábrea até o local. Esse local é isolado, e a Funai tem essa base que serve para que outras pessoas não entrem contato com esses índios isolados", disse juiz Jeferson Galvão.

Segundo o magistrado, a Fundação Nacional do Índio deverá ser notificada ainda nesta terça sobre a decisão. O órgão ficará com responsabilidade de manter o grupo na base. A decisão judicial não prevê qualquer tipo de policiamento para o local.

"A transferência ficará cargo da Funai. Talvez demore mais uns dois dias. A lei permite que eles fiquem nessa situação. A decisão é baseada no parágrafo único do artigo 56 da Lei 6.000/73 do Estatuto do Índio. O risco de fuga existe, mas não havia outra solução. O preso foge até do Compaj [Complexo Prisional Anísio Jobim, presídio em Manaus]", justificou o juiz.

O G1 procurou a Funai para comentar o assunto e até publicação da reportagem o órgão não havia se posicionado em relação à decisão.

CONT.



Os índios Tenharins foram presos no dia 30 de janeiro deste ano e levados para a Penitenciária Estadual Edvan Mariano Rosendo (Panda), em Porto Velho (RO). No dia 4 de fevereiro, o grupo foi transferido para outra unidade prisional de Rondônia - o Centro de Ressocialização Vale do Guaporé. No dia 3 de setembro, cinco dos seis indígenas foram levados para Lábrea. O grupo chegou a passar por Humaitá, município onde os crimes ocorreram. A chegada dos acusados gerou princípio de tumulto na cidade. Inicialmente, a decisão judicial previa que os índios ficassem sob custódia na Delegacia de Lábrea por 15 dias.

Audiência

A Justiça do Amazonas também definiu que a primeira audiência do caso será nos dias 10 e 11 de dezembro deste ano, em Humaitá. Na ocasião, testemunhas de defesa e acusação, além dos réus, serão ouvidos. Algumas testemunhas serão ouvidas por meio de carta precatória, fora do município onde o processo tramita. Depois de analisar todos os depoimentos que o juiz decidirá se os réus serão julgados em Júri Popular. "Algumas pessoas serão ouvidas em Manaus e Porto Velho (RO) por carta precatória", acrescentou Jeferson Galvão.

Entenda o caso

Os assassinatos ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva da etnia Tenharim, situada às margens da Rodovia Transamazônica, em Humaitá, município distante 591 km de Manaus. Cinco dos seis réus estão presos e afirmam que são inocentes. O sexto suspeito aguarda julgamento em liberdade.

Os indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro deste ano durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica.

A suspeita é de que os crimes tenham sido resposta à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado em um trecho da rodovia Transamazônica no dia 2 de dezembro do ano passado. Dois filhos do líder indígena estão presos por suposta participação nos assassinatos dos três homens. No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança - ritual místico realizado por um pajé indígena.

Em abril deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

Segundo o advogado Adelar Cupsinski, do Conselho Indigenista Missionário (CIM), que integra equipe de defesa dos indígenas, há falhas na investigação. Ele diz que as ameaças de morte supostamente recebidas por uma das vítimas não teria sido apurada.



Além da falta de terra, os Guarany Kaiowá enfrentam também escassez de água
SÍTIO RÁDIOS EBC, 04.11.2014

Representante da Aty Guasu no COSEA denuncia as violações sofridas por seu povo

No momento em que o CONSEA realiza mais uma Mesa de Controvérsias sobre terras e territórios em Brasília (DF), os Guarany Kaiowá passam por novos problemas. Agora, além da falta de terra, o que gera escassez de alimentos, enfrentam também a falta d'água, principalmente em suas aldeias urbanas.

Nesta quarta-feira (05), o programa Amazônia Brasileira recebe Sílvia Ortiz, representante da Aty Guasu - Campanha Guarani no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Ele tem seguidamente denunciado as violações sofridas por seu povo. A maioria vive em pequenas áreas onde são constantemente ameaçados por pistoleiros e em situação de miséria. Nas aldeias urbanas, vivem como favelados e trabalham para os grandes produtores de cana da região, recebendo pagamento inferior aos demais empregados não índios, e tendo dificuldade de manter seu sustento. Com o crescimento da população nessas áreas a falta d'água tornou-se mais uma ameaça à saúde daquela população.

Para outros grupos a situação é ainda mais grave e estes vivem "acampados" em barracas, em margens de rodovias esperando a demarcação de alguma terra para onde possam ir e viver em paz, o que infelizmente não tem acontecido, sendo que os que estão ocupando alguma área onde há mata, ainda que residual, têm sido constantemente assediados para sair. Mas sair para onde?

Recentemente a Comunidade de Pyelito Kue lançou carta aberta na qual avisa que se receberem ordem para sair da pequena área onde estão preferem ser mortos e enterrados lá mesmo onde estão, e consideram ser seu território tradicional. Na carta afirmam que ao invés de sair preferem que sejam enviados caixões para que sejam enterrados ali onde estão enterrados seus ancestrais.

Silvia Ortiz fala da importância do CONSEA e dessas rodas de debate e diz que providências urgentes precisam ser tomadas em relação a esse povo para respeitar os Direitos Humanos, e garantir sua integridade física dentro do estado do Mato Grosso do Sul

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.



Câmara pode votar projeto sobre recursos genéticos sem consulta a povos indígenas e tradicionais

SÍTIO PRAVDA.RU, 04.11.2014

Segundo especialistas e movimento social, proposta viola convenções internacionais. Possível relator é ruralista e já defendeu que produtores rurais expulsem indígenas de áreas com segurança armada

O plenário da Câmara dos Deputados pode votar, a qualquer momento, um projeto de lei (PL) que pretende regular o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e da agrobiodiversidade e aos conhecimentos sobre eles desenvolvidos por pequenos agricultores, povos indígenas e tradicionais, sem consulta a essas populações, conforme prevê a legislação.

Nesta terça (4/11), o destino do PL 7.735/2014 deverá ser discutido em uma reunião de líderes na Câmara. O projeto tramita em regime de urgência e tranca a pauta do plenário.

A bancada do agronegócio articula para que o relator da proposta seja o deputado ruralista, e notório inimigo das causas indígenas, Alceu Moreira (PMDB-RS). A possível designação do parlamentar é uma forma de pressionar o Planalto.

Em novembro, Moreira fez um discurso em que estimula produtores rurais a usar segurança armada para expulsar índios do que consideram ser suas terras. O deputado foi alvo de uma queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) e uma representação na Procuradoria-Geral da República por causa disso.

O PL pretende substituir a Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001 sob a justificativa de desburocratizar o desenvolvimento de pesquisas e produtos baseados nos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A reivindicação vem principalmente de pesquisadores, da indústria e das organizações de grandes produtores rurais. A proposta, no entanto, restringe os direitos de pequenos agricultores, comunidades indígenas e demais povos tradicionais.

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos, encontrados em florestas e outros ambientes naturais. No caso da agrobiodiversidade, falamos também de recursos genéticos, mas relacionados a espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de

CONT.



higiene, entre outros. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria. O tema, portanto, é estratégico para o País.

Substitutivo

Tudo indica que o texto que será negociado para votação é o que circulou, na semana passada, na Câmara, com a assinatura de Moreira (leia o substitutivo). Trata-se, na verdade, de um substitutivo, de autoria do governo, ao projeto encaminhado ao Congresso, em junho, pelo próprio governo. Um acordo teria sido feito com o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), para que Moreira seja o relator.

O substitutivo incorpora outra proposta, que tratava exclusivamente de recursos genéticos da agrobiodiversidade, discutido a portas fechadas dentro do Ministério da Agricultura (Mapa) apenas com parlamentares ruralistas e entidades do setor agropecuário (saiba mais).

O presidente da rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rubens Gomes, avalia que o novo projeto traz alguns avanços em relação ao apresentado pelo Planalto, em junho, mas que ainda tem problemas, com uma lógica de liberação indiscriminada do acesso aos conhecimentos tradicionais. Ele também critica a escolha do relator e a ausência de oitivas às populações interessadas.

"O governo já cometeu todos os erros de não fazer uma consulta livre, prévia e informada, e repete o erro", alerta. "Alceu Moreira não tem perfil para essa relatoria, para melhorar essa proposta, considerando a importância do PL. Isso é um perigo para o País", afirma.

O primeiro projeto do governo incluía apenas o tema da biodiversidade, por causa das divergências entre Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Mapa, e também foi feito sem consulta "formal" e "sistemática" às populações tradicionais, como reconhece a diretora do Departamento de Patrimônio Genético (DPG) do MMA, Eliana Maria Gouveia Fontes.

"Acabou que nós desrespeitamos esse direito [à consulta]", admite. "Foi um erro não termos feito. Foi um erro do governo como um todo", afirma. "Nossa intenção não foi atropelar", justifica. O próprio texto do substitutivo informa que, em sua elaboração, foram consultadas organizações do agronegócio, da indústria e academia, mas não há menção à sociedade civil e movimentos sociais.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referendada pelo País, determina que qualquer projeto de lei, medida ou empreendimento que afete essas populações sejam precedidos por uma consulta a elas sobre o assunto.

Gomes avalia que o governo "tratorou" o diálogo com os representantes das populações indígenas e tradicionais por causa da pressão do lobby das grandes indústrias e que os outros ministérios envolvidos no assunto, como do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Agricultura; e Ciência e Tecnologia atuam em defesa desse lobby.

CONT.



Gomes considera que é necessário, agora, num cenário de "reparação de danos", tentar obter do governo compromissos mínimos com pontos que reduzam as ameaças aos direitos das comunidades. "Há possibilidades de recuperar um escopo mais voltado aos benefícios para a nação", acredita.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e os representantes dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), entre eles o GTA, enviaram cartas ao governo cobrando a retirada do regime de urgência e uma discussão aprofundada sobre a proposta com todos os segmentos interessados.

Direitos violados

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), também referendada pelo Brasil, garante que cientistas e empresas que queiram ter acesso aos conhecimentos de comunidades tradicionais devem consultá-las de forma prévia, livre e informada e repartir com elas os benefícios de suas pesquisas e produtos. São principalmente esses direitos que estão sendo violados pelo PL, segundo ambientalistas e líderes de comunidades.

"O PL implica uma série de violações aos direitos de povos e comunidades tradicionais já garantidos no direito brasileiro, como, por exemplo, em relação à repartição de benefícios prevista pela CDB, já incorporada na legislação", analisa Maurício Guetta, advogado do ISA.

Guetta adverte que o substitutivo traz várias isenções de repartição de benefícios para certos produtos e pequenas empresas, por exemplo. Apenas produtos que estiverem em uma lista a ser elaborada pelos ministérios envolvidos no assunto serão alvo de repartição.

Ainda segundo o substitutivo, o consentimento prévio poderá ser comprovado por laudo antropológico independente e registro audiovisual. Para Juliana Santilli, promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e uma das maiores especialistas brasileiras no assunto, esses instrumentos são suscetíveis a fraudes.

Santilli também critica a proposta incluída no projeto de permitir que o consentimento das comunidades seja substituído por um parecer de um órgão público, como a Fundação Nacional do Índio (Funai). "Um parecer de um órgão público não pode suprir o consentimento prévio da comunidade. O consentimento é da comunidade. Isso aqui acho até que seria inconstitucional", argumenta.

Índios invadem terreno em Guaíra, no oeste do Paraná

SÍTIO JORNAL BRASIL ON LINE, 04.11.2014



Cerca de 50 indígenas de etnia Guarani acabam de invadir um terreno na periferia de Guaíra, oeste do Paraná. A área, que tem cerca de 5 hectares, que está sendo usada para a construção de um condomínio residencial. Neste momento veículos da polícia e diversas camionetes de produtores rurais estão em frente ao local. A ocupação é liderada pelo cacique Ilson Soares.

Índios e agricultores entram em confronto em Guaíra

Aproximadamente 80 indígenas da aldeia Tekoha Y Hovy que fica localizada na saída da Vila Eletrosul em Guaíra, invadiram na manhã desta terça-feira (04) uma área de aproximadamente um alqueire e meio de mata, que está sendo derrubada para a construção de um condomínio residencial.

De um lado os índios defendendo a mata, o que para eles significa Tekoha. Eles querem evitar o desmatamento da área que fica próxima da aldeia.

Já do outro lado os agricultores que se mostraram estar com os ânimos bastante exaltados com o numero de invasões registrados neste ano na região de Guaíra e Terra Roxa.

Leia a notícia na íntegra no site do Catve.com



Governo do Amapá e índios Wajãpi discutem Protocolo de Consulta e Consentimento
SÍTIO SANTANA DIGITAL, 04.11.2014



O Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF) esteve reunido com os povos Wajãpi para apresentação do Protocolo de Consulta e Consentimento elaborado pelas comunidades indígenas. O protocolo tem o objetivo de facilitar o diálogo entre o governo e os índios no que diz respeito às políticas públicas que os afetam. Também participaram do encontro, demais órgãos do Governo do Estado e o Ministério Público Federal (MPF), convidado dos Wajãpi, para mediar à execução do protocolo.

Segundo o documento apresentado, o protocolo foi construído para garantir que estas comunidades indígenas tenham participação ativa no processo de direcionamento de políticas públicas e demarcações que lhes afetem.

“Sabemos que existem muitos projetos que não são para os povos indígenas, mas que o governo quer atender os Wajãpi com alguns desses projetos. Nós queremos escolher nossas prioridades e participar da elaboração dos planos de trabalho do governo, antes que as decisões fiquem prontas”, cita um trecho do protocolo entregue pelas aldeias aos representantes do governo.

Flota

Cerca de mil pessoas moram em quarenta e oito aldeias Wajãpi, localizadas entre os municípios de Pedra Branca e Laranjal do Jari, em terras demarcadas no ano de 1996. Estas aldeias estão no entorno da Floresta Estadual do Amapá (Flota), e o IEF, desde o início da execução dos trabalhos na Flota, procura discutir uma relação de diálogo e boa fé entre o governo e os índios. Este espaço entre a Flota e as aldeias é denominado pelos Wajãpi como Faixa da Amizade.

CONT.



Faixa da Amizade.

Jauaruan Wajãpi explicou que, tanto suas aldeias, quanto o IEF, têm o mesmo objetivo, que é manter a floresta em pé, a conservação da terra e dos recursos naturais. Esse objetivo mantém firme o diálogo entre as representações. “Estamos discutindo a Faixa da Amizade com a Flota pra garantir que nossas gerações futuras tenham as mesmas garantias de terra que temos hoje”, observou.

Processo de consulta

O Protocolo de Consulta e Consentimento dos Wajãpi propõe que seja realizado um processo de consulta com os indígenas, antes da implementação de qualquer política pública que alcance suas terras ou o entorno delas. Reuniões de apresentação do referido projeto com as diretorias das três organizações Wajãpi (Apina, Apiwata e Awatac) e tempo para discussões internas necessárias, são alguns dos passos apresentados e que devem ser seguidos com o acompanhamento do Ministério Público Federal.

Tiago Almeida, procurador da República presente na reunião, disse que o envolvimento do MPF se deu através de um convite dos Wajãpi, para garantir que este protocolo seja respeitado.

“Fomos convidados para orientar e aconselhar estes povos nos processos de consulta, que devem acontecer após a apresentação do protocolo. Não direcionamos as decisões, mas temos consentimento para avaliar juridicamente e garantir que os direitos dos Wajãpi estejam assegurados”, explicou o Procurador.

O documento, que explica sobre o Protocolo de Consulta, foi elaborado em uma oficina de trabalho realizada no mês de maio de 2014, com a participação de 36 lideranças, professores, agentes de saúde e pesquisadores Wajãpi.

Dominique Galois, professora que auxiliou esse processo de construção, fala que manter este diálogo é garantir que todos os interessados nos projetos de políticas públicas ou na preservação ambiental, estejam trabalhando no mesmo lado. “É uma oportunidade para reflexão das instituições governamentais sobre a sustentabilidade praticada por esses povos da floresta. Se queremos que os índios colaborem com a preservação da floresta em pé, precisamos garantir que o seu modo de vida poderá continuar sem perdas”, explicou.

Ana Euler, diretora-presidente do IEF, ressaltou a importância desse relacionamento com os índios: “Os Wajãpi dizem que a Flota os abraça em suas aldeias para simbolizar a proximidade da nossa floresta estadual com as terras indígenas, então é justo que se estreite esse diálogo, se o objetivo é discutir políticas públicas e preservação ambiental. Temos que fortalecer esse coletivo”, concluiu.

Agencia Amapá



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

Fundação Palmares lança programação para o Mês da Consciência Negra
SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 04.11.2014



A Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) reservou para as comemorações do dia 20 de novembro – Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, uma programação repleta de homenagens, atividades e atrações especiais. De 15 a 20 de novembro, Alagoas receberá diversas ações que acontecerão em Maceió/AL, no Quilombo do Muquém e no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL.

Consciência Negra - Para celebrar a data mais importante do calendário negro brasileiro, a Fundação Palmares reserva o mês de novembro para lembrar a importância de Zumbi dos Palmares, herói nacional e ícone da resistência negra à escravidão. É também considerado o momento principal de reflexão sobre o papel dos negros e negras na construção do país. As comemorações também homenagearão o centenário do dramaturgo, poeta e pintor Abdias Nascimento.

A programação inclui atividades como: Seminário de Fomento à Cultura Afro-brasileira e Saúde da População Negra; Feira do Livro; apresentações culturais diversas; Edição especial do Escambo Cultural; oficina de percussão com Nana Vasconcelos e um show de Tributo a Abdias Nascimento com o grupo de samba Fundo de Quintal e outros artistas.

Parque Memorial Quilombo dos Palmares – O único parque temático sobre a cultura negra na América Latina, criado em 2007, numa área tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), onde há 300 anos se consolidou o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares, herói nacional, ícone da resistência negra brasileira ao processo de escravização do país. Em 2012 as cinzas de Abdias Nascimento foram depositadas ao pé de uma muda de baobá no local.

Confira a programação completa:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/Programa%C3%A7%C3%A3o-Serra-31.10.2014.jpg>

MPF determina liberação de energia para comunidade quilombola, em RO
SÍTIO GLOBO.COM, 04.11.2014

*Falta de energia adequada gera riscos à população, diz Ministério Público.
Eletrobrás Rondônia afirma não ter autorização para atuar em áreas isoladas.*



Na comunidade, não há rede de energia elétrica adequada, segundo MP (Foto: Divulgação)

O Ministério Público Federal em Rondônia (MPF-RO) enviou uma recomendação à Eletrobras Rondônia para que a concessionária adote medidas para fornecer energia elétrica adequada à comunidade quilombola Santo Antônio, localizada em São Francisco do Guaporé (RO), distante cerca de 600 quilômetros de Porto Velho. A companhia alega não ter autorização para atuar em áreas isoladas, que seriam de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em investigação feita pelo MPF, foi constatado que na comunidade não há rede adequada de energia elétrica e que as atuais instalações de rede geram riscos aos quilombolas. Para o órgão, a falta de serviço adequado de energia dificulta a execução de políticas públicas. Com isso, foi fixado o prazo de 60 dias para a execução das medidas e 15 dias para medidas paliativas a fim de evitar riscos aos moradores.

O superintendente de operação da Eletrobrás Rondônia, João Picanço, explica que a concessionária não pode atuar no local, por se tratar de uma área isolada. "Precisamos de uma autorização da Aneel para gerar energia em um local isolado", afirma. De acordo com o superintendente, estudos para a regularização da energia elétrica em todo o estado foram encaminhados para a agência no início deste ano. "A agência foi informada sobre todas as necessidades do estado", informa Picanço.

Ainda segundo o superintendente, até está sexta-feira (7), um ofício será encaminhado ao Ministério Público Federal explicando toda a situação. "A decisão está acima da Eletrobrás", comenta João Picanço.

Procurada pelo G1, a Aneel informou, por meio da assessoria de imprensa, que os estudos para a regularização da energia elétrica em Rondônia enviados pela Eletrobrás ainda estão sendo analisados pela área técnica da agência.



Câmara pode votar projeto sobre recursos genéticos sem consulta a povos indígenas e tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.11.2014

Segundo especialistas e movimento social, proposta viola convenções internacionais. Possível relator é ruralista e já defendeu que produtores rurais expulsem indígenas de áreas com segurança armada

Oswaldo Braga de Souza, ISA

O plenário da Câmara dos Deputados pode votar, a qualquer momento, um projeto de lei (PL) que pretende regular o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e da agrobiodiversidade e aos conhecimentos sobre eles desenvolvidos por pequenos agricultores, povos indígenas e tradicionais, sem consulta a essas populações, conforme prevê a legislação.

Nesta terça (4/11), o destino do PL 7.735/2014 deverá ser discutido em uma reunião de líderes na Câmara. O projeto tramita em regime de urgência e tranca a pauta do plenário.

A bancada do agronegócio articula para que o relator da proposta seja o deputado ruralista, e notório inimigo das causas indígenas, Alceu Moreira (PMDB-RS). A possível designação do parlamentar é uma forma de pressionar o Planalto.

Em novembro, Moreira fez um discurso em que estimula produtores rurais a usar segurança armada para expulsar índios do que consideram ser suas terras. O deputado foi alvo de uma queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) e uma representação na Procuradoria-Geral da República por causa disso.

O PL pretende substituir a Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001 sob a justificativa de desburocratizar o desenvolvimento de pesquisas e produtos baseados nos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A reivindicação vem principalmente de pesquisadores, da indústria e das organizações de grandes produtores rurais. A proposta, no entanto, restringe os direitos de pequenos agricultores, comunidades indígenas e demais povos tradicionais.

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos, encontrados em florestas e outros ambientes naturais. No caso da agrobiodiversidade, falamos também de recursos genéticos, mas relacionados a espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

CONT.



Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene, entre outros. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria. O tema, portanto, é estratégico para o País.

Substitutivo

Tudo indica que o texto que será negociado para votação é o que circulou, na semana passada, na Câmara, com a assinatura de Moreira (leia o substitutivo). Trata-se, na verdade, de um substitutivo, de autoria do governo, ao projeto encaminhado ao Congresso, em junho, pelo próprio governo. Um acordo teria sido feito com o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), para que Moreira seja o relator.

O substitutivo incorpora outra proposta, que tratava exclusivamente de recursos genéticos da agrobiodiversidade, discutido a portas fechadas dentro do Ministério da Agricultura (Mapa) apenas com parlamentares ruralistas e entidades do setor agropecuário (saiba mais).

O presidente da rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rubens Gomes, avalia que o novo projeto traz alguns avanços em relação ao apresentado pelo Planalto, em junho, mas que ainda tem problemas, com uma lógica de liberação indiscriminada do acesso aos conhecimentos tradicionais. Ele também critica a escolha do relator e a ausência de oitivas às populações interessadas.

“O governo já cometeu todos os erros de não fazer uma consulta livre, prévia e informada, e repete o erro”, alerta. “Alceu Moreira não tem perfil para essa relatoria, para melhorar essa proposta, considerando a importância do PL. Isso é um perigo para o País”, afirma.

O primeiro projeto do governo incluía apenas o tema da biodiversidade, por causa das divergências entre Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Mapa, e também foi feito sem consulta “formal” e “sistemática” às populações tradicionais, como reconhece a diretora do Departamento de Patrimônio Genético (DPG) do MMA, Eliana Maria Gouveia Fontes.

“Acabou que nós desrespeitamos esse direito [à consulta]”, admite. “Foi um erro não termos feito. Foi um erro do governo como um todo”, afirma. “Nossa intenção não foi atropelar”, justifica. O próprio texto do substitutivo informa que, em sua elaboração, foram consultadas organizações do agronegócio, da indústria e academia, mas não há menção à sociedade civil e movimentos sociais.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referendada pelo País, determina que qualquer projeto de lei, medida ou empreendimento que afete essas populações sejam precedidos por uma consulta a elas sobre o assunto.

Gomes avalia que o governo “tratorou” o diálogo com os representantes das populações indígenas e tradicionais por causa da pressão do lobby das grandes indústrias e que os outros

CONT.



ministérios envolvidos no assunto, como do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Agricultura; e Ciência e Tecnologia atuam em defesa desse lobby.

Gomes considera que é necessário, agora, num cenário de “reparação de danos”, tentar obter do governo compromissos mínimos com pontos que reduzam as ameaças aos direitos das comunidades. “Há possibilidades de recuperar um escopo mais voltado aos benefícios para a nação”, acredita.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e os representantes dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), entre eles o GTA, enviaram cartas ao governo cobrando a retirada do regime de urgência e uma discussão aprofundada sobre a proposta com todos os segmentos interessados.

Direitos violados

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), também referendada pelo Brasil, garante que cientistas e empresas que queiram ter acesso aos conhecimentos de comunidades tradicionais devem consultá-las de forma prévia, livre e informada e repartir com elas os benefícios de suas pesquisas e produtos. São principalmente esses direitos que estão sendo violados pelo PL, segundo ambientalistas e líderes de comunidades.

“O PL implica uma série de violações aos direitos de povos e comunidades tradicionais já garantidos no direito brasileiro, como, por exemplo, em relação à repartição de benefícios prevista pela CDB, já incorporada na legislação”, analisa Maurício Guetta, advogado do ISA.

Guetta adverte que o substitutivo traz várias isenções de repartição de benefícios para certos produtos e pequenas empresas, por exemplo. Apenas produtos que estiverem em uma lista a ser elaborada pelos ministérios envolvidos no assunto serão alvo de repartição.

Ainda segundo o substitutivo, o consentimento prévio poderá ser comprovado por laudo antropológico independente e registro audiovisual. Para Juliana Santilli, promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e uma das maiores especialistas brasileiras no assunto, esses instrumentos são suscetíveis a fraudes.

Santilli também critica a proposta incluída no projeto de permitir que o consentimento das comunidades seja substituído por um parecer de um órgão público, como a Fundação Nacional do Índio (Funai). “Um parecer de um órgão público não pode suprir o consentimento prévio da comunidade. O consentimento é da comunidade. Isso aqui acho até que seria inconstitucional”, argumenta.



Após fazerem empresário refém, índios desocupam área

SÍTIO GAZETA DO POVO, 04.11.2014

Invasão tinha ocorrido nos início da manhã desta terça-feira sob alegação de que empreendimento imobiliário estava derrubando uma mata

Os cerca de 50 índios da aldeia Tekoha Y´Hovy, de Guaíra, que haviam ocupado uma área próxima a reserva indígena onde está prevista construção de um condomínio residencial deixaram o local durante a tarde após horas de tensão. A região é de conflito agrário e logo após a ocupação fazendeiros foram ao local para cobrar a saída imediata dos índios.

O clima ficou tenso quando um grupo de mulheres, lideradas pela esposa do cacique, fez o empresário José Aparecido Correa refém. Ele é proprietário da imobiliária responsável pelo empreendimento. Correa contou que as mulheres estavam armadas com facas e facões e o dominaram durante um momento de distração. Segundo ele, enquanto estava sob a mira de armas brancas o cacique Ilson Soares filmava a ação das mulheres.

Após muita negociação com a polícia e autoridades locais, os índios decidiram deixar a área, mas prometem monitorar o local e dizem que não irão permitir que a mata seja destruída. Eles afirmam que a área faz parte da aldeia e que a incorporação das terras à reserva indígena já foi solicitada à Funai (Fundação Nacional do Índio).

O dono do imóvel disse que a mata não será derrubada porque faz parte de uma reserva legal. Ele afirmou que apenas o trabalho de topografia começou a ser feito no local antes do início da construção dos imóveis. Após ter sido feito refém ele necessitou de atendimento médico porque teve uma crise de hipertensão. Correa registrou um boletim de ocorrência na delegacia local.

A ação dos índios desestimulou o empresário que já pensa em abandonar o projeto. Ele disse que mesmo que a obra saia do papel não pretende administrar o empreendimento que deixará sob responsabilidade do sócio. "Eu nem posso retornar lá, estou jurado de morte [pelos índios]", diz.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

A luta das comunidades tradicionais do Norte de Minas: "Gerais"

SÍTIO GAZETA ON LINE, 04.11.2014

"Gerais" fala da luta das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas, em defesa de seu modo de vida e território. Ao longo dos últimos 30 anos, essas comunidades vêm sendo pressionadas pelos monocultivos de eucalipto e pela criação de parques de proteção integral na região. Seu acesso às terras de uso comum foi bloqueado, suas nascentes secaram, seu modo de vida foi ameaçado. Organizados, fizeram valer seus direitos. A direção é de Tiago Carvalho e Arthur Frazão. a realização é da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em parceria com o Canal Saúde e a VideoSaúde, da Fiocruz.

[Vídeo](#)



Troca de comando na FPA pode afetar a Questão Indígena

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 04.11.2014

O Deputado Federal Luiz Carlos Heinze deve deixar a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na próxima legislatura. Heinze é um dos parlamentares que mais tem lutado por mudanças nas leis que tratam das demarcações de terras indígenas e manteve o assunto na pauta da FPA nos últimos anos. O nome mais cotado para substituí-lo é o do Deputado Marcos Montes, do PSD de Minas Gerais. A troca de comando na FPA pode ser decisiva para deslinde da Questão Indígena.

Ao contrário de Heinze, o mandato de Montes pertence a um partido, o PSD, que faz parte da base do governo Dilma Rousseff. Além disso Montes vem de um estado onde os problemas com as demarcações da Funai afetam poucos produtores. Tanto a demarcação da Terra Indígena Kaxixó, em Pompéu e Martinho Campos, quanto a ampliação da Terra Indígena Xackriabá, em São João das Missões, constituem um problema muito menor do que as demarcações no Rio Grande do Sul, estado de Heinze.

Marcos Montes é um dos melhores representantes que o agronegócio elegeu para a próxima legislatura. Jovem, inteligente, culto, intelectualmente articulado e de mente aberta, Montes tem os olhos nas pautas que modernizam e engrandecem o agro e é exatamente por essa razão que ele pode tirar a questão indígena do debate. O provável novo presidente da FPA já avisou que a principal bandeira da entidade será a "valorização do setor".

Tratar de demarcação de terras indígenas, desmatamento na Amazônia e trabalho escravo são assuntos que, em geral, atam o agro ao passado, ao estigma do ruralismo e expõem o setor à crítica da militância urbana. É uma abordagem que desvaloriza o setor.

É muito melhor tratar de pautas como o papel do agro no desenvolvimento do Brasil e na alimentação do planeta, na abertura de mercados, na logística, ou como reduzir perdas ao longo das cadeias produtivas, seguros de safra e de renda, etc.

Marcos Montes tem razão. Não faz sentido manter as modernas fazendas brasileiras ligadas às traders ou a pecuária de ponta do triângulo mineiro sob fogo cerrado da militância urbana só porque o Sr. Ademir Maskoski e os irmãos Cerize perderão as terras deles para a máfia do indigenismo. Vão-se os Maskoskis e os Cerize, ficam-se os Maggi e os Batista. Naves fora, sai o agro valorizado.

Cotado para a vice presidência da FPA, o Deputado Nilson Leitão, do PSDB do Mato Grosso, é oposição ao governo e foi eleito como deputado mais votado do estado por sua atuação na questão indígena. Marcos Montes pode assumir as pautas edificantes do agro e deixar as pautas justas com o seu vice, ou pode transformar a FPA numa entidade pelega.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

Outra opção é deixar a FPA na oposição com Nilson Leitão, do PSDB, ou o próprio Luiz Carlos Heinze, do PP, na presidência e assumi-la em 2018 com as pautas do atraso resolvidas e um governo edificante parceiro.

Marcos Montes é jovem, inteligente, culto, intelectualmente articulado e de mente aberta. Saberá o que fazer.



Famílias da Terra Indígena Maró fazem acampamento contra derrubada de árvores
SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 04.11.2014

Ação é organizada em resposta ao corte de 15 árvores na TI, todas de alto valor comercial. Comunidade cobra demarcação do território há quase 15 anos.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Terra de Direitos

Cerca de 30 famílias das etnias Borari e Arapium da Terra Indígena (TI) Maró, município de Santarém/PA, estão acampadas há cerca de cinco dias em área que está sendo desmatada por madeireiros. A ocupação retoma uma parte da TI que havia sido apropriada pela fazenda Curitiba. A ação é organizada em resposta ao corte de 15 árvores na TI, todas de alto valor comercial, como maçaranduba, jatobá, ipê, amarelão, itauba, uxi e pequiá. Os indígenas trancaram a estrada que corta o território tradicional e serve de via de transporte ilegal de toras.

O corte foi feito em área pleiteada por Celso José Hoffman, que conseguiu Autorizações para Exploração Florestal (AUTEF 2974/2014) via Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. Pelo menos 50% do Projeto de Manejo do madeireiro está dentro da TI, o que é juridicamente ilegal, por ser violação ao direitos garantidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. O processo de demarcação da Terra Indígena ainda está em andamento e o mapa do território foi publicado em 2011 no Diário Oficial, sendo, portanto, disponível a todos os órgãos ambientais.

Pedro Martins, assessor jurídico da Terra de Direitos que acompanha do caso, aponta que a SEMA autorizou mais de 10 explorações florestais desde 2007 na área indígena. “Os órgãos ambientais insistem na desconsideração dos direitos indígenas sob o pretexto de a área não estar demarcada, o que não se sustenta no ordenamento jurídico que abarcou a Convenção 169 da OIT.”

No dia 31 de outubro, os madeireiros que atuam na região não compareceram a uma reunião marcada com lideranças indígenas. A conversa foi reagendada para o dia 1º de novembro, mas os empresários novamente faltaram. A partir de mensagem enviada pelos empresários, o encontro foi remarcado para esta quarta-feira (5). O caso já foi denunciado pela Terra de Direitos à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, ao Ministério Público Estadual – MPE e ao Ministério Público Federal – MPF. Até o momento, não houve resposta. A Terra de Direitos também vai entrar com representação no MPE e MPF contra as madeiras.

“O nosso objetivo não é negociação de madeira”, afirma o cacique Dadá Borari. A reivindicação da comunidade é por indenização pelos danos causados na área e por danos morais. Os

CONT.



indígenas requerem o cancelamento do Plano de Manejo e paralisação imediata da exploração de madeira dentro da Terra Indígena.

As lideranças cobram um posicionamento do poder público em favor da preservação da floresta e das comunidades. "Já denunciemos isso há muito tempo, e até hoje nós não tivemos uma resposta. Até hoje continua do mesmo jeito, tirando sete, depois tiram 15 [árvores], e vão roubando toda a riqueza dos meus netos e dos meus filhos", lamenta. Higino Borari, primeiro Cacique da Aldeia Novo Lugar. "Aqui é meu pão de cada dia", completa o indígena.

Para a população Borari e Arapium, a derrubada das árvores é uma agressão ao modo de vida, por se tratar de espécies que contribuem para a medicina tradicional e para a sobrevivência dos animais, base da alimentação das famílias. Edith Borari utiliza plantas medicinais nativas. "Eu que trabalho com medicina tradicional preciso dos nossos remédios, que temos aí na natureza".

Edith Borari_TI Maró Edith faz um apelo aos órgãos competentes para que resolvam o conflito. "Antes estavam ao redor da nossa área, agora estão dentro, estão desmatando [...]. Nós queremos apoio para a demarcação da nossa área. Já chega da gente estar sofrendo".

A convivência do próprio Estado na exploração indevida de madeira na região ocorre também em outros casos, com autorizações de Planos de Manejo que afetam diretamente os costumes e a sobrevivência das etnias indígenas. Atuam na região as empresas Rondobel Ltda, Grupo Mundo Verde, ARCA Indústria e Madeira Ltda (com sede em Tomé Açu/PA), além do madeireiro Marco Schmidt.

Na rota da devastação

O território da Terra Indígena Maró está cravado em uma região de alto potencial de recursos naturais e pela diversidade de povos tradicionais. Mede 42.373 hectares, derivados de terras devolutas de competência do estado do Pará. A área reúne cerca de 250 habitantes em três aldeias: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III.

Ameaças

Enquanto o reconhecimento como Território Indígena não se concretiza, as tensões sociais só aumentam com invasores, fazendeiros e madeireiros. Lideranças comunitárias vivem sob ameaça de morte e sofrem violações de direitos humanos fundamentais por defenderem a preservação da floresta.

Em novembro de 2009, uma mobilização comunitária reteve e queimou duas balsas carregadas de madeira com indícios de irregularidade. Em decorrência da ação, o cacique Dadá Borari passou a sofrer ameaças de morte e atualmente vive sob proteção policial e com acompanhamento do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos da Presidência da República.



OAB cria comissão para apurar escravidão e quer indenizações a quilombolas
SÍTIO UOL, 04.11.2014

Inspirada na investigação de casos de violação de direitos humanos durante a Ditadura Militar, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) da Escravidão Negra no Brasil, que pretende apurar e desvendar casos do período.

No Brasil, a escravidão teve início na primeira metade do século 16, sendo abolida três séculos depois, em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea.

"A ideia dessa comissão é fazer a busca da verdade e ir ao encontro de um passado que foi esquecido e mutilado", disse o vice-presidente da comissão, Humberto Adami.

O nome do presidente da comissão e a forma de atuação ainda serão definidos.

A comissão pretende apurar casos de violações a escravos e comunidades negras e, assim, buscar reparação.

"É possível que sejam compensadas por indenizações, não necessariamente em dinheiro. Pode ser de outra forma: um projeto de memória, a recuperação de uma tradição, de religiões", falou.

Não é a primeira vez que se levanta a hipótese de pagamento de indenização a descendentes de escravos no Brasil.

Em 2013, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado rejeitou projeto de lei que previa a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil. O argumento foi que o pagamento seria contrário à lei por criar novas despesas. Outras ideias também não vingaram.

Pedido para Dilma

Segundo Adami, a OAB vai enviar ofício à presidente Dilma Rousseff pedindo que ela institua uma comissão igual à da Verdade da ditadura.

"A ideia é fazer da comissão semelhante à da verdade da Ditadura e ir na direção descobrir fatos e situações que possam esclarecer a quem ainda tem resistência às ações afirmativas para negros e a necessidade de buscar a reparação", afirmou.

Apesar de ainda buscar um norte preciso das investigações, um dos pontos que será analisado já está definido. "Os negros eram vendidos como escravos, e os proprietários tinham

CONT.



financiamento do Banco do Brasil. Quando houve a libertação dos escravos, acabou a garantia dos empréstimos, e o Rui Barbosa mandou queimar os documentos. Essa verdade precisa vir à tona, ser esclarecida", disse.

Para conseguir chegar à verdade, a OAB pretende repetir a fórmula da CNV da Ditadura, com o colhimento de depoimentos.

"Há caminhos de investigar. A inspiração que a comissão da ditadura traz é que não são caminhos fáceis, eles estão aí há dois anos e já houve o conhecimento de atos de torturas. Já houve comissões assim em outros países, como na África do Sul. Aqui tivemos a maior escravidão contra negros de todas as épocas. Mesmo assim você não tem um museu. Se essa comissão conseguir descobrir histórias escondidas, uma história apenas que se possa contar, olha que riqueza iríamos ter", disse.



Alunos de Blumenau visitam Aldeia Indígena e Comunidade Quilombola

SÍTIO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 04.11.2014

Estudantes do ensino médio integrado em Informática do Instituto Federal Catarinense (IFC) Câmpus Blumenau visitaram na quarta-feira (15/10) a Aldeia Indígena de Biguaçu e a Comunidade Quilombola, em Garopaba. O objetivo é proporcionar aos jovens conhecimento além da sala de aula e dos livros, permitindo-lhes vivência com outras formas de cultura.

Os alunos conheceram a Escola Wherá Tupã-Poty, da aldeia guarani Yynn Moroti Whera, onde 44 crianças da tribo aprendem o guarani como primeira língua e o português como segunda. Durante o passeio, na parada para vislumbrar a árvore centenária Garapuvu, sagrada para a tribo, os índios pintaram os rostos dos alunos com símbolos variados.

Na Comunidade Quilombola do Morro do Fortunato, localizada no Norte de Garopaba, os alunos tiveram a oportunidade de ouvir a história do povo daquele local. Além disso, experimentaram, durante o café, alguns alimentos produzidos ali mesmo.

Para a professora de Sociologia Teresinha Aparecida Cardoso, responsável pela visita, é importante para o aluno conferir in loco o que realmente é uma comunidade Quilombola e como vive o povo indígena. "Esses alunos estudam, em Sociologia, etnocentrismo, ou seja, ver a cultura do outro como certa ou errada, baseada na minha cultura, nos meus valores. Ao conhecer de perto outras realidades, quebra-se um pouco este estigma, e os ajuda a perceber que existem outras formas de arranjos sociais diferentes do nosso", observou Teresinha.



Texto: CECOM/Blumenau.

Imagens: Divulgação



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

Moção da ABA aos organizadores do Prêmio Esso sobre a reportagem "Terra Contestada"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.11.2014

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) manifesta seu desapontamento ao tomar conhecimento, que entre os finalistas do tradicional e conceituado "Prêmio Esso de Jornalismo" encontra-se uma reportagem sobre Índios Guarani de Morros dos Cavalos (SC), intitulada: "Terra Contestada".

Esta reportagem busca infirmar os direitos constitucionais e territoriais indígenas, distorce fatos, inverte imagens, apresenta inverdades, estimula controvérsias, lança impropriedades, questiona e acusa profissionais da antropologia, assim como atribui a responsabilidade a comunidade indígena Guarani de Morros dos Cavalos, por atrasos na duplicação da rodovia da BR 101 e na construção de dois túneis, culpando-a por atropelamentos e acidentes, que ocorrem na rodovia, apontando-a de serem empecilhos ao desenvolvimento, e apresentando-a como chaga e estorvo no litoral catarinense.

Caso essa reportagem seja premiada o Prêmio Esso de Jornalismo será conivente com inverdades e estará de fato contrariando a imprensa imparcial e comprometida com os direitos humanos características dos prêmios anteriores.

Moção apresentada pela ABA e aprovada na Assembleia da ANPOCS, realizada no dia 30/10/2014, em Caxambu-MG.

Enviada por Ricardo Verdum.

Carta II da Comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o governo e justiça do Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.11.2014



Em Vírus Planetário

Nós, 570 Guarani-Kaiowá (170 homens, 200 mulheres, 200 crianças) comunidades Guarani-Kaiowá originárias de tekoha Pyelito Kue/Mbarakay, juntamente com mais de 20.000 vinte mil Guarani-Kaiowá dos acampamentos precários indígenas, pela segunda vez vimos através desta carta apresentar a nossa situação histórica e decisão definitiva diante de ordem de nossa expulsão/despejo em curso expressada e anunciada pela Justiça Federal no Mato Grosso do Sul, de Tribunal Regional Federal de São Paulo, Supremo Tribunal Federal-Brasília-DF.

No dia 25/10/2014, um dia antes da eleição, recebemos a informação de que Justiça Federal de Navirai-MS vai mandar atacar e despejar nós em meados de novembro de 2014. Assim, fica evidente para nós, mais uma vez que a ação da Justiça Federal continua gerando violências sem fim contra nossas vidas, ignorando os nossos direitos de sobreviver nas nossas terras tradicionais Pyelito Kue/Mbarakay.

Assim, analisamos e entendemos claramente que esta decisão da Justiça Federal é parte da ação de GENOCÍDIO/EXTERMÍNIO histórico de povo indígena do MS/Brasil. Queremos deixar claro ao Governo e Justiça Federal que estamos cercados de pistoleiros aqui, continuamos na mira de armas de fogo, para piorar tudo acabamos de receber a notícia que seremos expulso de nossa terra, que as nossas terras não serão demarcadas pelo governo e nem pela justiça, assim já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo, não acreditamos mais na Justiça brasileira e nem no Governo federal. A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas?

CONT.



Para qual Justiça do Brasil?? Se a própria Justiça Federal continua gerando e violências contra nós. Nós já avaliamos as nossas situações atuais e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, estamos passando fome, já morreram três indígenas em dois meses, assim não temos e nem teremos perspectiva de vida digna aqui no acampamento.

Já são setes (07) morreram em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas. Estamos sem assistência nenhuma, isolada, cercado de pistoleiros e resistimos até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Tudo isso passamos dia-a-dia para recuperar o nosso território antigo Pyelito Kue/Mbarakay.

De fato, sabemos muito bem que no centro de nossos territórios tradicionais estão enterrados todos os nossos avôs e avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos nossos antepassados, as terras são nossas. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser morto e enterrado junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, diante de não mais demarcação de nossas terras, diante de ordem de despejo anunciada pela justiça brasileira, mais uma vez pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar somente a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui em nossas terras. Em geral esse pedido é de todas as comunidades de acampamentos precários no MS onde as crianças estão passando fome e morrendo sem assistência.

Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação/extinção totais, além de comprar milhares caixões funerárias e enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos cadáveres. Esse é nosso pedido aos juízes federais do TRF, STF e ao governo Dilma reeleita. Já aguardamos pronta esta decisão da Justiça Federal e do governo, Assim, se não demarcar as nossas terras é para decretar a nossa morte coletiva Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay, Kurusu Amba, Apyka'i, Guyraroka, Takuara, Ypo'i, etc, mais de 20.000 (vinte mil) Guarani-Kaiowá decidimos resistir até morte em nossas terras tradicionais e para enterrar-nos todos aqui em nossas terras.

Visto que mais de 20 mil indígenas Guarani-Kaiowá decidimos integralmente a não sairmos de nossas terras com vida e nem mortos e sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo. Sabemos que seremos atacadas e expulsas de nossas terras pela justiça do Brasil, porém não vamos sair de nossas terras. Como o povo nativo/indígena histórico, decidimos definitivamente em resistir até a morte pelas nossas terras. Já pedimos ao governo e justiça brasileira que nem os nossos cadáveres serão retirados de nossas terras, é para enterrar em nossas terras.

Entendemos que em 2014 e 2015 não temos outra opção e nem alternativa, RESISTIR é a nossa última decisão unânime diante de várias ordens de despejo autorizadas pela Justiça Federal de Navirai-MS, Justiça Federal de Ponta Porã, Justiça Federal de Dourados, Tribunal Federal em São Paulo, Supremo Tribunal Federal.

Atenciosamente,
Tekoha Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS,
30 de outubro de 2014



MPF suspende financiamentos do BNDES à Fibria Celulose

SÍTIO AQUIES, 04.11.2014

O Ministério Público Federal conseguiu manter, na Justiça, a liminar que suspende o financiamento por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Fibria, maior empresa brasileira de celulose e papel, destinado ao plantio de eucalipto ou à produção de celulose em área de quilombolas no Norte do Espírito Santo.

Em ação civil pública movida pelo MPF/ES, a Fibria é acusada de fraude na obtenção da área destinada à plantação de eucaliptos usados na produção de celulose. Segundo a ação, no início da década de 1970, antigos funcionários da empresa teriam se habilitado como se fossem pequenos agricultores junto ao governo estadual capixaba, a fim de conseguirem títulos de domínio de terras devolutas. Em seguida, os empregados transferiram os títulos das propriedades localizadas entre Conceição da Barra e São Mateus para a Fibria. Na maioria dos casos, o período em que as áreas permaneciam no patrimônio jurídico do funcionário da empresa não excedia nem mesmo uma semana.

No processo, o MPF pede, além da devolução ao patrimônio público das terras obtidas por grilagem, que seja feita a titulação em favor de comunidades quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra, quando comprovada sua ocupação tradicional na área, conforme determina a Lei Estadual 5.623 de 1998. Requer também que a Fibria seja condenada a reparar os danos morais coletivos dessas comunidades no valor de R\$ 1 milhão.

A Lei Estadual 5.623/98 obriga o governo do Espírito Santo a emitir os títulos de propriedade às comunidades dos quilombos que comprovarem a ocupação tradicional em terras devolutas, em cumprimento ao previsto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Recurso

A manutenção da liminar foi decidida pela Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) em dois agravos de instrumento. Além da Fibria, o BNDES apresentou recurso no TRF2, alegando que a operação financeira incluiria a disponibilização de uma linha de crédito para a empresa de cerca de R\$ 167,7 milhões, para restauração, até 2019, de 21 mil hectares de mata atlântica na Bahia, no Espírito Santo e em Minas Gerais. Já a Fibria alegou que a realização de benfeitorias ou a transferência da propriedade a terceiros em nada prejudicaria uma eventual titulação de terras em favor dos quilombolas.

O parecer da Procuradoria Regional da República (PRR2) frisou que a manutenção dos financiamentos destinados ao plantio de eucalipto nas áreas discutidas não terá por consequência a melhoria ou a valorização das terras de ocupação tradicional quilombola, mas a continuidade da degradação do solo pelo cultivo de eucalipto e utilização de produtos químicos. Além disso, para a PRR, a clareza da fraude na obtenção das terras objeto de parte do financiamento leva à impossibilidade de que instituição financeira oficial, cujos investimentos



são realizados com recursos públicos, financie atividade econômica explorada em área irregular e com reflexos graves nos direitos de comunidades tradicionais.

Decisão

Em seu voto, o relator dos agravos afirma que, pela transcrição de trechos de depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Aracruz), constantes da petição inicial da ação originária, é possível verificar o modus operandi da fraude: "Os funcionários declaravam-se agricultores e, tão logo legitimada a posse, repassavam-na à empresa". A decisão rebate o argumento da Fibria de que não haveria estudos conclusivos sobre o seu projeto envolver áreas ocupadas por quilombolas, uma vez que as informações prestadas pelo Incra já permitem identificar a sobreposição das áreas quilombolas e exploradas pela agravante.

Esclarece o magistrado que "o tempo transcorrido desde a legitimação da posse pela empresa não pode servir de fundamento para permitir que a Fibria S.A. continue a dispor e explorar uma terra cuja ocupação, em princípio, deu-se de forma fraudulenta". Para ele, a urgência da liminar se justifica, entre outros motivos, com o fato de que não há prova de que a empresa teria condições de devolver aos cofres públicos o total do empréstimo, caso o julgamento de mérito seja favorável ao Ministério Público Federal.

Por fim, a decisão destaca que a liminar expressamente suspendeu apenas o financiamento destinado ao plantio de eucalipto e à produção de celulose, não atingindo os recursos voltados para a restauração florestal e o cumprimento da legislação florestal.

O número do processo (primeira instância) para acompanhamento no site Justiça Federal (www.jfes.jus.br) é 0000693-61.2013.4.02.5003.



Seminário Jurídico Avançado sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na UnB
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.11.2014



Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito



MOITARA
Grupo de Pesquisa de Direitos
Étnicos – Moitara

SEMINÁRIO JURÍDICO AVANÇADO II

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS: constitucionalismo latino-americano, pluralismo jurídico e interculturalidade

Programação:

17/11 – O Direito à autodeterminação e a autonomia indígena
Profa. Ana Catarina Zema – Doutora em História (UnB)

18/11 – Constitucionalismo latino-americano e diversidade étnica
Profa. Sandra Nascimento – Mestra em Direito (UnB) e Doutoranda no CEPPAC (UnB)

19/11 – Pluralismo Jurídico e interculturalidade
Profa. Ela Wiecko – Doutora em Direito (UFSC) e Professora da UnB

20/11 – O Estado Plurinacional como Projeto Descolonial de Estado na América Latina
Profa. Rosane Lacerda – Doutora em Direito (UnB) e Professora da UFG

21/11 – O Judiciário frente aos direitos indígenas
Profa. Erika Macedo – Doutora em Direito (UnB) e Professora da UFG

Data: 17 a 21 de novembro de 2014
Horário: 19h às 22h40
Local: Mini Auditório da PPGD/FD/UnB

Inscrições: moitaraunb@gmail.com

Limite: 20 vagas

Alunxs da Pós-Graduação: Seminário Jurídico Avançado 2 (2 créditos)
Alunxs da Graduação: 20h de atividades complementares



Mulheres indígenas protestam contra a violência

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.11.2014

Medo é a palavra que acompanha as mulheres indígenas no dia-a-dia

Cesar Cordeiro – O Progresso

As mulheres da Reserva Indígena se uniram e decidiram montar uma comissão para protestar contra a violência que toma conta das aldeias Jaguapiru e Bororó. O crime mais preocupante é o de estupro que ultimamente tem ocorrido com maior frequência e tirado a paz das famílias indígenas.

Medo é a palavra que acompanha as mulheres indígenas no dia-a-dia. Sair a noite nem pensar. As mulheres são atingidas por este verdadeiro pânico gerado principalmente pela impunidade. Um grupo de mulheres resolveu se unir e em breve sairá as ruas para protestar. Estão previstos nos protestos os percursos do Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Delegacia da Mulher.

Os dados são preocupantes. Somente este ano de 2014 foram 23 assassinatos, 107 agressões. Em 11 anos foram 600 mortes violentas e os estupros não param de acontecer. Na maioria dos casos a violência está associada ao consumo de drogas. Dona Eva vive um drama. A filha dela, uma estudante universitária foi atacada recentemente por um homem aparentemente negro que ocupava um gol branco, após abordá-la no centro da cidade. A dor de mãe da estudante universitária comoveu os vizinhos e vem mobilizando toda a comunidade da aldeia Jaguapiru que prepara um grande protesto contra a violência.

“Eu quero justiça, eu quero que peguem esse homem porque ele judiou muito da minha filha, ela não merecia isso, ela é de uma família evangélica nós não temos ódio no nosso coração, nós nunca fizemos mal para ninguém”, disse dona E. G. S.

Elas reclamam a presença mais constante da Força Nacional na Aldeia para prevenir o crime e não chegar somente após o ocorrido. Exigem atuação mais firme da Funai. Itaciana Santiago pertence a Coordenadoria de Assuntos Indígenas. Ela não se contém ao falar sobre a dor que toma conta das famílias indígenas de Dourados. “Eu me coloco também no lugar das mulheres indígenas, a gente se emociona em ver o depoimento de uma mãe, nós precisamos não permitir que isso vire normalidade, temos que reverter esta situação”, disse “Itaciana Santiago” – Coordenadoria de Assuntos Indígenas.

A indígena Érica Cristina Gabriel é assistente social do Cras da Reserva. Ela conta que o órgão foi trans-formado em delegacia de polícia porque todos os dias é procurado por vítimas da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

violência. A maioria envolvendo menores. "Todos os dias a gente atende casos de meninas de sete, nove anos, treze anos, no Cras Indígena na questão de abuso e violência sexual, a gente não vai aceitar, se for possível, para que a gente possa buscar segurança para a nossa aldeia nós vamos até Brasília, nós vamos conversar com quem for, seja da esfera federal ou estadual, essa comissão vai adiante", disse a assistente social.



Governo oferece formação para professores indígenas

SÍTIO PB AGORA, 05.11.2014

Aproximadamente 90 professores indígenas da rede estadual de ensino estão participando do primeiro módulo da Formação Continuada oferecida pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (SEE), por meio da Gerência Operacional de Integração Escola e Comunidade (Goiesc). A formação começou nesta segunda-feira (3) e segue até sexta-feira (7), com atividades das 8h30 às 17h30, na Escola de Serviço Público da Paraíba (Espep), em João Pessoa.

O curso completo, elaborado pela SEE junto ao Ministério da Educação (MEC), terá uma carga horária de 120h, desenvolvida em três módulos. O módulo I trata dos fundamentos legais, históricos, filosóficos e sociológicos da Educação Indígena; o módulo II sobre a função social da escola e as modalidades de ensino na Educação Escolar Indígena e o módulo III discutirá os temas transversais da educação e seu material didático.

A Formação Continuada para Professores Indígenas é uma ação pedagógica que tem como princípio o cumprimento da legislação que responsabiliza o Estado a oferecer uma educação diferenciada e intercultural a este povo. Desta formação resultará a produção de material didático específico para as escolas indígenas, garantindo o reconhecimento e valorização dos seus saberes, bem como a apropriação de conhecimentos científicos que potencializem as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Secom-PB

Ocupação indígena deixa Clima tenso em Guaíra
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.11.2014

Índios afirmam que se for necessário, vão dar a vida para preservar a mata do lugar...



(Crédito: Divulgação)

O clima ficou tenso na manhã de ontem (4) em Guaíra após a ocupação de uma área pertencente a uma imobiliária da cidade. Pelo menos 50 índios invadiram o espaço para impedir que o local seja transformado em um condomínio residencial. A área começou a ser invadida ainda na madrugada. Pela manhã, a PM (Polícia Militar) foi solicitada pelo proprietário da área que pretendia fazer imagens fotográficas da invasão para um possível pedido de reintegração de posse. A área ocupada fica ao lado da aldeia e é reivindicada pelos índios.

O cacique Ilson Soares afirmou que documentos foram enviados ao MPF (Ministério Público Federal) pedindo a revisão da área para que seja incorporada à aldeia. Ele disse ainda que só invadiram o espaço porque na segunda-feira (3) máquinas começaram a derrubar árvores no local. Inconformados, os indígenas decidiram promover a ocupação e prometem resistir a qualquer movimentação que ameace a mata existente no local.

“Vamos defender essa mata com a vida se for necessário”, afirmou o cacique.

Ele afirma que não vão permitir que o local se transforme em um condomínio residencial.

Logo após a invasão, fazendeiros da região se dirigiram ao local para acompanhar o desenrolar da questão. A região é de conflito agrário e já ocorreram outras ocupações promovidas por índios de Guaíra e Terra Roxa. Fazendeiros afirmam que muitos índios são do Paraguai e que foram inseridos nas aldeias da fronteira.

O clima ficou tenso quando um grupo de mulheres indígenas fez refém o empresário José Aparecido Correa, proprietário da imobiliária que planeja fazer o empreendimento. O cacique

CONT.



disse que ele só foi feito refém porque supostamente indígenas também haviam sido apreendidos por fazendeiros, o que não se confirmou. Correa contou que foi pego de surpresa em um momento de desatenção.

“Não imaginava que iria acontecer isso, me pegaram pelo braço”, relata.

Segundo o empresário, as mulheres estavam com facas e facões apontadas para ele e eram lideradas pela esposa do cacique. O líder indígena, de acordo com Correa, filmava a ação enquanto ele era mantido sob a mira das armas brancas. Ele chegou a ficar com um hematoma no joelho durante a confusão. Correa registrou um boletim de ocorrência na delegacia local e fez exames de corpo de delito.

Após ser liberado, o empresário teve uma crise de hipertensão e precisou ser medicado.

“O problema é o psicológico, a gente fica entre a cruz e a espada”, diz.

Segundo ele, as equipes estavam no local para fazer o trabalho topográfico, mas o empreendimento não prevê a derrubada da mata que é uma reserva legal.

“Eles tomaram como base a ideia de que iríamos retirar a mata”, declara.

O conflito de hoje desanimou o empresário. “Perdi até a vontade de fazer o condomínio”, declara.

Correa afirmou ainda que mesmo que o empreendimento imobiliário saia do papel, ele não pretende administrar. O empresário disse que vai fazer uma reunião com seu sócio e passar o comando da obra a ele.

“Nem posso retornar lá, estou jurado de morte”, relata.

Autoridades locais e um representante da Funai (Fundação Nacional do Índio) intermediaram o conflito. Após um acordo, os índios retornaram à aldeia guarani Tekoha Y’Hovy, mas prometem monitorar a área. Segundo cacique, eles não vão permitir a obra.

“A gente vai ficar na entrada da aldeia”, disse o líder indígena.



Contra empreendimento em tekoha, indígenas Guarani retomam área tradicional e são ameaçados

SÍTIO CIMI, 05.11.2014

Os Guarani do Tekoha Y'Hovy, município de Guaíra, oeste do Paraná, retomaram na madrugada desta terça-feira, 4, área do território tradicional onde a iniciativa privada pretende construir um condomínio fechado. Desde então, passaram a sofrer ameaças e intimidações.

O local é reivindicado pelos Guarani e faz parte do Y'Hovy. Nele fazem coleta e reproduzem o modo próprio de vida. Conforme relatos dos indígenas, mais de 50 caminhonetes chegaram ao local, durante o dia e a noite desta terça, para intimidar a comunidade. Tiros de rojão foram disparados na direção dos indígenas.

A mobilização Guarani teve início depois que a área, com mata preservada, foi cercada pelo proprietário do imóvel rural, impedindo a livre circulação da comunidade, e árvores foram derrubadas com a ajuda de máquinas para o início das obras do condomínio.

Na segunda-feira, dia 3, os Guarani encaminharam uma carta ao Ministério Público Federal (MPF) descrevendo a situação e pedindo providências antes que a área indígena, parte integrante do território tradicional, seja completamente destruída.

Segue a carta divulgada pelos Guarani:

Ao Ministério Público Federal (MPF),

Nós Guarani da Aldeia Y'Hovy, localizada no município de Guaíra no Oeste do Paraná, nos reunimos no dia 3 de novembro de 2014 e relatamos que nesse exato momento estamos ouvindo os barulhos de máquinas vinda da direção da mata do outro lado da rua (Av. Martin Luther King) desde a manhã de hoje (03-11-2014), que está sendo destruída.

Para nós essa mata tem uma importância muito grande, pois dali tiramos remédios, tem tipos de árvores raros. Além disso, essa área está em trâmite na justiça pela demarcação de nossas terras e está dentro da nossa reivindicação. Exigimos a imediata atuação do MPF e a suspensão da obra que está tratando de construir um condomínio fechado em nosso Tekoha, destruindo assim parte de nossas subsistências e também enquanto a terra está em litígio eles não tem o mínimo direito de construir essas obras que são consideradas construções de má fé, pois eles sabem que estamos pleiteando a terra de direito e origem nossa.

E como já não tem mais matas não sendo apenas aqui em Guaíra mas em todo o Paraná. E por isso nós Guaranis nos organizamos para impedir que isso aconteça, pois já aconteceu no passado a perda de nossas terras e vidas e agora vamos defender a nossa terra, com nossas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

vidas se necessário e exigimos que o MPF esteja do nosso lado, pois vamos ocupar a mata por questão de defesa e resistência, e vamos continuar essa luta pela existência do nosso povo e cultura pois a luta continuará até o último índio.

Pedimos apoio e encaminhamos cópia para o Ministério Público Federal (MPF), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Polícia Federal (PF).

Pedimos o apoio do CTI, Comissão Yvyrupá, APIB, Grande Conselho Guarani-Kaiowá da Aty Guasu, Secretaria dos Direitos Humanos (SDH) e Cimi.

Tekoha Y'Hovy, Guaíra, 03 de novembro de 2014.

Justiça do AM autoriza índios presos por 3 mortes a participarem de festas
SÍTIO GLOBO.COM, 05.11.2014

*Eles participarão de dois rituais na tribo; Funai deve fazer escolta dos presos.
Festa escolhe sucessor de cacique cuja morte pode ter motivado homicídios.*



Festas serão realizadas na Terra Indígena
Tenharim-Marmelo, no Sul do AM
(Foto: Larissa Matarésio/G1)

A Justiça do Amazonas autorizou dois dos cinco índios da etnia Tenharim, que estão presos pela suspeita do assassinato de três homens em Humaitá, a participarem de duas festas indígenas. Os índios integram o grupo apontado como autor do triplo homicídio na Rodovia Transamazônica (BR-230), em dezembro de 2013.

Os índios Tenharim foram presos no dia 30 de janeiro deste ano e desde setembro eram mantidos detidos na delegacia de Lábrea, 702 km de distância de Manaus. Nesta terça-feira (4), foi determinado que eles deverão ser transferidos para a base Hi-Merimã da Fundação Nacional do Índio (Funai). A base fica em área de difícil acesso na região de Lábrea.

Ainda na mesma decisão, o juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, que responde pela 2ª Vara da Comarca de Humaitá, onde a ação criminal tramita, autorizou a liberação de dois índios que estão presos para participar de festas tradicionais indígenas: Mbodawa e ritual de escolha do cacique sucessor.

O magistrado explicou que ausência dos representantes nas festas é considerada prejudicial às tradições da etnia. "Na Mbodawa é renovada a proteção espiritual de todo o povo. Quando não é realizada essa festa, eles entendem que os integrantes daquela nação indígena ficam com os espíritos desprotegidos e podem ser castigados espiritualmente. Essa festa é muito importante para o povo indígena e por isso autorizei", justificou o juiz.

Ainda foi autorizada a liberação de dois índios para o ritual que define a escolha no sucesso do cacique Ivan Tenharim, que foi encontrado morto no dia 2 de dezembro de 2013. Entre os

CONT.



presos, dois são filhos do líder indígena morto. "Também autorizei que eles participem da festa de sucessão do cacique morto. Eles serão escoltados pela Funai. Sempre tem o risco deles fugirem, mas não temos como deixar eles não participarem das festas. Há um prejuízo muito grande para cultura deles", comentou o juiz Jeferson Galvão.

As duas cerimônias religiosas indígenas devem ocorrer ainda neste mês de novembro, na reserva indígena Tenharim, situada em Humaitá.

Entenda o caso

O vendedor Luciano Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. As investigações apontam que as três vítimas foram assassinadas a tiros no dia 16 de dezembro de 2013, ainda dentro do veículo no qual seguiam em viagem pela Rodovia Transamazônica (BR-230) com destino ao município de Apuí. Conforme a denúncia, os corpos foram ocultados e encontrados durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica somente no dia 3 de fevereiro de 2014.

A suspeita é de que os crimes tenham sido resposta à morte do cacique Ivan Tenharim. No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança - ritual místico realizado por um pajé indígena. A defesa dos índios presos apontou supostas fragilidades da investigação desempenhada pela Superintendência da Polícia Federal em Rondônia. Os advogados dos indígenas alegam que as ameaças de morte supostamente recebidas por uma das vítimas não teriam sido apuradas.



Projetos de extração ignoram populações locais

SÍTIO CARTA CAPITAL, 05.11.2014

No Brasil, estudo aponta que 95% dos projetos estão em áreas habitadas

Em março de 2013, soldados da Força Nacional desembarcaram em Itaituba, no Pará, para garantir que pesquisadores prosseguissem com os estudos de impacto ambiental do Complexo Hidrelétrico Tapajós. O governo federal temia um conflito violento entre os trabalhadores e índios da etnia mundurucu, que se opõem ao empreendimento. O embate atrasou a construção da primeira hidrelétrica, orçada em 18 bilhões de reais. E caso dos mundurucu não é isolado.

No Brasil, desde 1999, 96% das licenças para exploração de petróleo e gás foram concedidas em áreas que eram habitadas previamente. No caso de extração madeireira, esse número chega a 100%. É o que mostra um estudo divulgado nesta quinta-feira 30 pela ONG Right and Resources Initiative (RRI) e pela consultoria The Munden Project.

Segundo a análise, não somente no Brasil, mas também em outros países tropicais, na maioria das vezes, a implantação de projetos de exploração de recursos naturais acaba em conflito. O estudo – publicado no Peru, onde a próxima Conferência do Clima será realizada em dezembro – aponta que entre 93% e 99% das concessões dadas nesses territórios envolvem terras já habitadas.

"Quando o governo vende terra, florestas ou outras fontes naturais e existem pessoas vivendo nesses locais, os conflitos se tornam inevitáveis", comenta Andy White, coordenador da RRI, baseada em Washington.

O estudo considerou 73 mil concessões dadas em oito países emergentes desde 1999. Os autores sobrepuseram mapas de empreendimentos de mineração, extração de petróleo e gás, silvicultura e agropecuária a mapas cartográficos que indicam a presença de populações. Informações de satélites e fontes oficiais, como o Ministério de Minas Energia, no caso do Brasil, foram consultadas.

Além do Brasil, o estudo analisou a situação na Colômbia, no Camboja, em Moçambique, na Indonésia, na Libéria, no Peru e nas Filipinas.

Num planeta cada vez mais populoso e sedento por recursos naturais, é praticamente impossível um empreendimento se instalar numa área desabitada. "Olhando para o futuro, vemos que a pressão e a demanda por terra vão aumentar. Por isso, a necessidade de entender o problema e comunicá-lo a investidores e empreendedores. É a primeira vez que alguém olha para essa questão globalmente", afirma Bryson Ogden, analista da RRI.

CONT.



Nos oito países analisados, o estudo avaliou 100 conflitos, buscando identificar alguns dos gatilhos que ativaram os embates. Alguns padrões foram observados em todos eles, como o de que as interações entre empresas e populações locais nem sempre são positivas. Muitas vezes, o gestor do empreendimento não leva em consideração a liderança local ou não trata os habitantes da forma como trataria um parceiro comercial.

"Temos interesse em ver como criar condições mais favoráveis a negócios nesses tipos de concessão. A ideia é pensar num modelo que consiga reduzir os riscos para as empresas", afirma Leonardo Pradela, da consultoria privada The Munden Project e um dos autores do estudo.

Um dos casos mais violentos entre os analisados ocorreu em 2012, no Peru. Várias pessoas morreram e ficaram feridas em protestos contra a expansão da mina Yanacocha, a segunda maior do mundo em exploração de ouro. A Justiça ordenou que as atividades fossem interrompidas até que a situação se acalmasse.

No Brasil – onde foram analisados 33 casos de conflitos –, a violência foi menor do que nos demais países incluídos no estudo. A maior parte dos casos avaliados ocorreu na região Norte, como o que envolveu os índios mundukuru.

"Quando as coisas dão errado, dão errado mesmo, e demora muito para consertar", diz Pradela. "Todos os casos que vimos, sem exceção, tiveram uma ação judicial. Nem sempre a solução jurídica funcionou."

Em São Luís, no Maranhão, por exemplo, as empresas Baosteel, Posco e Thyssen-Krupp tiveram que mudar os planos de criação de um polo industrial. Comunidades de pescadores e quilombolas que habitavam o local se opuseram à ideia e conseguiram a anulação do projeto na Justiça, em 2013. A área foi transformada numa reserva extrativista.

No Brasil, o primeiro obstáculo para projetos de extração é a própria questão fundiária. Muitas vezes, a presença humana, principalmente na região amazônica, não é formalizada por um título de propriedade.

"O maior problema é que esses empreendimentos são feitos desprezando a presença dos moradores, desde populações tradicionais, como os ribeirinhos, até populações que estão ali de uma forma não documentada", pontua Ubiratan Cazetta, procurador do Ministério Público do Pará – um dos mais ativos do país em ações que denunciam a violação dos direitos de populações tradicionais.

Foi justamente essa característica que levou a RRI e The Munden Project a se debruçarem sobre os países tropicais. "No mundo em desenvolvimento, o sistema de propriedade é, muitas vezes, diferente do modelo consagrado no mundo ocidental.

Nesses países, não encontramos, necessariamente, uma propriedade individual, mas muitos lugares são de propriedade de comunidades, o que é complexo para algumas empresas", afirma Ogden.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

O desafio é tirar a invisibilidade dessas pessoas, considera Cazetta. "Elas precisam ser vistas como titulares de direito antes que a decisão final da implantação do empreendimento seja tomada. E depois é possível compatibilizar a convivência dos habitantes com o projeto."

Para o procurador, falta o entendimento de que quando decisões administrativas, políticas e econômicas atingirem esses grupos, elas precisam de fato considerá-los. "E aí é uma questão de cultura. Cultura de tomada de decisão política que nós não temos e que, na minha visão, infelizmente, ainda estamos longe de ter", finaliza.

Estado oferece formação continuada para professores indígenas

SÍTIO PORTAL PCH, 05.11.2014

O curso completo terá uma carga horária de 120h



Aproximadamente 90 professores indígenas da rede estadual de ensino estão participando do primeiro módulo da Formação Continuada oferecida pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (SEE), por meio da Gerência Operacional de Integração Escola e Comunidade (Goiesc). A formação começou nessa segunda-feira (03) e segue até sexta-feira (07), com atividades das 8h30 às 17h30, na Escola de Serviço Público da Paraíba (Espep), em João Pessoa.

O curso completo, elaborado pela SEE junto ao Ministério da Educação (MEC), terá uma carga horária de 120h, desenvolvida em três módulos. O módulo I trata dos fundamentos legais, históricos, filosóficos e sociológicos da Educação Indígena; o módulo II sobre a função social da escola e as modalidades de ensino na Educação Escolar Indígena e o módulo III discutirá os temas transversais da educação e seu material didático.

A Formação Continuada para Professores Indígenas é uma ação pedagógica que tem como princípio o cumprimento da legislação que responsabiliza o Estado a oferecer uma educação diferenciada e intercultural a este povo. Desta formação resultará a produção de material didático específico para as escolas indígenas, garantindo o reconhecimento e valorização dos seus saberes, bem como a apropriação de conhecimentos científicos que potencializem as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Último Mutirão Rural da Cidadania de 2014 será na região Médio Norte
SÍTIO EXPRESSO MT, 05.11.2014

Além de Campo Novo, vão receber os serviços gratuitos e as atividades recreativas do programa Cláudia, Lucas do Rio Verde, Ipiranga do Norte, Tapurah, Alto Paraguai, Diamantino e Tangara da Serra.



Crédito: Divulgação

Tudo pronto para a última rodada do Mutirão Rural da Cidadania de 2014. De acordo com o supervisor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT), João Vargas, responsável pelo programa no Estado serão realizados 10 eventos em nove municípios da região Médio Norte do Estado, no mês de novembro. "Realizaremos dois mutirões em Campo Novo do Parecis, um na Aldeia Bacaval para atender a população indígena e outro na cidade", revela.

Além de Campo Novo, vão receber os serviços gratuitos e as atividades recreativas do programa Cláudia, Lucas do Rio Verde, Ipiranga do Norte, Tapurah, Alto Paraguai, Diamantino e Tangara da Serra.

O Mutirão Rural da Cidadania é realizado pelo Senar-MT em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas-MT) e sindicatos rurais. "Até agora já realizamos 77 mutirões. Registramos cerca de 122 mil atendimentos que foram ofertados para mais de 14 pessoas", conta o supervisor.

O programa proporciona o exercício da cidadania nas regiões mais isoladas do Estado. Em cada edição são ofertados serviços gratuitos como a confecção de documentos, entre eles a emissão de Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho, Cartão SUS, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de atendimentos médicos, teste de glicemia, entre outras atividades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2014

Brasília, 5 de novembro de 2014.

"A população indígena teve atendimento prioritário em 2014. Realizamos no mês de março e maio 12 mutirões, atendendo exclusivamente a população indígena. No mês de julho houve mais dois eventos em aldeias, totalizando 14 mutirões para esta população, beneficiando 2.817 indígenas com 38.722 atendimentos e agora preparamos mais um mutirão para atender o povo Parecis. São 13 aldeias no município", lembra Vargas.

PROGRAMAÇÃO NOVEMBRO - (SUJEITA A MUDANÇAS)

- 10.11 - Cláudia
- 11.11 - Lucas do Rio Verde
- 13.11 - Ipiranga do Norte
- 14.11 - Tapurah
- 18.11 - Campo Novo do Parecis - Aldeia Bacaval
- 19.11- Campo Novo do Parecis - sede
- 21.11 - Alto Paraguai
- 22.11 - Diamantino
- 24.11 - Tangara da Serra